



Número: **0600459-08.2020.6.16.0192**

Classe: **RECURSO ELEITORAL**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Dr. Roberto Ribas Tavarnaro**

Última distribuição : **20/11/2020**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Processo referência: **0600459-08.2020.6.16.0192**

Assuntos: **Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Horário Eleitoral Gratuito/Programa em Bloco, Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Televisão**

Objeto do processo: **Da decisão proferida nos autos de Representação nº 0600459-08.2020.6.16.0192 que julgou extinto o feito com resolução de mérito, na forma do art. 487, I, do CPC, e procedente o pedido da representação feita pelo representado para, confirmando a decisão tomada em tutela provisória de urgência, condenar a parte representada na obrigação de fazer consistente em constar o dizer "propaganda eleitoral gratuita" em seus programas e inserções ou, não o fazendo, deixar de exibi-la, sob pena de multa no valor de R\$ 1.000,00 por cada inserção ou programa exibido de forma indevida. (Representação eleitoral com pedido liminar proposta por Coligação "Independência para limpar Maringá" em face de Coligação "Maringá sempre à frente", Ulisses de Jesus Maia Kotsifas e Edson Ribeiro Scabora vez que: a) os representados veicularam, em 31/10/20, h.e.g, na TV, modalidade bloco, das 13hs e 20h30m,. propaganda eleitoral em desconformidade com as exigências legais; b) veicularam inscrição pequena, na borda do vídeo com a seguinte frase: "Horário Eleitoral Gratuito Lei 9.594"; c) deixaram de veicular informação obrigatória consistente na expressão "Propaganda Eleitoral Gratuita"; d) ainda, a Lei 9.594/97 não tem relação com as eleições; e) houve descumprimento do art. 76, da Resolução 23.610/2019, do TSE; f) ainda, houve veiculação de conteúdo desinformativo atinente à indicação de uma lei que não possui relação com as eleições). RE3**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
COLIGAÇÃO MARINGÁ SEMPRE À FRENTE (RECORRENTE)		ALEXIS EUSTATIOS GARBELINI KOTSIFAS (ADVOGADO) VITOR JOSE BORGHI (ADVOGADO)	
INDEPENDENCIA PARA LIMPAR MARINGÁ 90-PROS / 20-PSC / 10-REPUBLICANOS / 14-PTB (RECORRIDO)		GRACIANE DOS SANTOS LEAL (ADVOGADO) HALLEXANDREY MARX BINCOVSKI (ADVOGADO) LEANDRO SOUZA ROSA (ADVOGADO) MARCELA BATISTA FERNANDES (ADVOGADO) VALTER AKIRA YWAZAKI (ADVOGADO)	
Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
20867066	25/11/2020 19:21	Decisão	Decisão



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

RECURSO ELEITORAL (11548): 0600459-08.2020.6.16.0192

RECORRENTE: COLIGAÇÃO MARINGÁ SEMPRE À FRENTE

Advogados do(a) RECORRENTE: ALEXIS EUSTATIOS GARBELINI KOTSIFAS - PR0065260, VITOR JOSE BORGHI - PR0065314

RECORRIDO: INDEPENDENCIA PARA LIMPAR MARINGÁ 90-PROS / 20-PSC / 10-REPUBLICANOS / 14-PTB

Advogados do(a) RECORRIDO: GRACIANE DOS SANTOS LEAL - PR0081977, HALLEXANDREY MARX BINCOVSKI - PR0075822, LEANDRO SOUZA ROSA - PR0030474, MARCELA BATISTA FERNANDES - PR0087846, VALTER AKIRA YWAZAKI - PR0041792

RELATOR: ROBERTO RIBAS TAVARNARO

DECISÃO

1. Na origem COLIGAÇÃO “INDEPENDÊNCIA PARA LIMPAR MARINGÁ” apresentou Representação Eleitoral em face de COLIGAÇÃO “MARINGÁ SEMPRE À FRENTE”, ULISSES DE JESUS MAIA KOTSIFAS e EDSON RIBEIRO SCABORA, em virtude de que os representados veicularam, em 31/10/2020, propaganda eleitoral em desconformidade com as exigências legais.

Na sentença de id. 19568866, o JUÍZO DA 192ª ZONA ELEITORAL - MARINGÁ julgou procedente a representação para condenar os representados *“na obrigação de fazer consistente em constar o dizer “propaganda eleitoral gratuita” em seus programas e inserções”*.

Foi interposto este Recurso Eleitoral por COLIGAÇÃO “MARINGÁ SEMPRE À FRENTE”, aduzindo, em síntese que: i) não há motivo para condenação em obrigação de se abster a veicular algo que já não está sendo veiculando desde que foi proferida decisão pelo juízo *a quo*; ii) cumpriu o disposto na legislação e não violou o disposto no art. 76 da Res.-TSE 23.610/19. Requeru o julgamento procedente do recurso (id. 19569216).

Em sede de contrarrazões, os recorridos rebateram os argumentos exarados no recurso (id. 19569566).

A PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL manifestou-se pelo não conhecimento do recurso, em razão da perda superveniente do interesse recursal (id. 20391666).

2. Caso fosse julgada procedente a presente demanda, a providência a ser adotada seria tão somente o provimento do presente recurso, reconhecendo que a propaganda veiculada já estaria em conformidade com decisão proferida em primeira instância.



Entretanto, considerando a realização das eleições, não haveria razão para eventual julgamento do recurso, não subsistindo assim qualquer interesse processual na presente demanda.

3. Ante o exposto, nos termos do art. 31, II do Regimento Interno deste Tribunal Regional Eleitoral c/c art. 39, I da Res.-TSE 23.608/2019, julgo prejudicado o Recurso, nos termos do art. 932, III do CPC, determinando seu arquivamento.

Publique-se, Registre-se, Intimem-se por mural eletrônico.

Curitiba, datado e assinado digitalmente.

ROBERTO RIBAS TAVARNARO - RELATOR

